

REVERBERAÇÕES SOCIAIS E NECROPOLÍTICA EM *MINEIRINHO*, DE CLARICE LISPECTOR

Leandro Souza Borges Silva¹

RESUMO: Com foco na crônica “Mineirinho”, o artigo tem como objetivo elucidar a presença do engajamento político e social na escrita de Clarice Lispector, destacando a valorização de temas sociais em sua obra. A crônica destaca uma profunda reflexão da autora sobre a violência policial que, com frequência, discrimina e extermina a população negra com a anuência de políticas institucionais. Nessa discussão de cunho crítico, a noção de “necropolítica” (MBEMBE, 2016) é articulada com as premissas sobre a “travessia do oposto” (LISPECTOR, 2009) e “escrita fora de si” (BRANCO, 2004), conceitos mobilizados para ressaltar a dimensão socialmente engajada da escritora.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Engajamento. Necropolítica.

SOCIAL AND NECROPOLITICAL REVERBERATIONS IN *MINEIRINHO*, BY CLARICE LISPECTOR

ABSTRACT: Focusing on the chronicle “Mineirinho”, the article aims to elucidate the presence of political and social engagement in Clarice Lispector's writing, highlighting the appreciation of social themes in her work. The chronicle stands out in the author's deep reflection on police violence that often violates and exterminates black people with the permission of institutionally legalized state policies of extermination. In this bibliographic discussion, the notion of necropolitics (MBEMBE, 2016) is articulated with the premises about crossing the opposite (LISPECTOR, 2009) and writing outside oneself (BRANCO, 2004), concepts mobilized to emphasize the socially engaged dimension of the writer.

Keywords: Social inequality. Pledge. Necropolitics.

À guisa de discussão: Clarice Lispector e comprometimento social

O engajamento político-literário tem sido tema de discussões que problematizam produções artísticas e acadêmicas, possibilitando refletir a respeito de expressões que se debruçam em obras cujo conteúdo envia discussões pertinentes a respeito de condições sociais desiguais, bem como sobre relações de poder assimétricas. É nesse sentido que os estudos culturais, pós-coloniais, decoloniais, feministas e de gênero, apenas para citar alguns,

¹Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: leandroborgees@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1856-0367>.

têm sido aportes necessários para apreender, por meio do objeto literário, notações que denunciam, reforçam e desestabilizam o *status quo* não apenas da literatura, mas dos setores sociais que a cercam.

A obra de Clarice Lispector, por exemplo, adquire destaque nesse cenário em que a prática literária abraça o social, o outro, o diferente. Figurando no prisma canônico nacional, a autora ainda é entendida pelos incautos como a escritora que fala apenas de si, que privilegia a instância individual em detrimento da coletiva, aquela que se limita à introspecção e ignora os problemas do mundo. Em tempos da ditadura militar que ainda perdurava no país, Lispector foi chamada por seus colegas, então abertamente engajados contra a repressão, de alienada. Inclusive, foi nesse período que Henfil, cartunista do *Pasquim*, influente jornal das décadas de 70/80avesso ao regime, representou a escritora em um de seus trabalhos, a série intitulada “Cemitério dos mortos-vivos”.

Nessas tirinhas, o cartunista enquadrava Lispector no bojo dos artistas que nada faziam pela nação, entendidos enquanto sujeitos atuantes apenas na esfera do conforto, e que desperdiçavam seu talento com questões não comprometidas com o embate social. Conta-se que: “Dentro e fora do meio literário, houve protestos quando Clarice Lispector figurou entre os Mortos-Vivos. Henfil teria se excedido ao nivelar uma escritora de categoria, sem vínculos com a ditadura, a papa-hóstias de reconhecida subserviência” (MORAES, 2011, p. 19).

Em conhecido depoimento, diria ainda o cartunista: “Eu a coloquei no Cemitério dos Mortos-Vivos porque ela se coloca dentro de uma redoma de Pequeno Príncipe, para ficar num mundo de flores e de passarinhos, enquanto Cristo está sendo pregado na cruz” (*O Jornal*, 1973 *apud* MORAES, 2011, p. 20). Tendo sido considerada subserviente e neutra, no que dizia respeito à conjuntura política e repressiva do período, percebe-se que Clarice Lispector, numa visada social e engajada de sua obra e vida, era tão comprometida com a sociedade quanto outros escritores, a seu modo. O cartunista Henfil, tempos depois, viria a se retratar quanto a sua agressividade para com a autora e outros artistas. No decorrer dessa discussão, será possível notar alguns exemplos que demonstram o comprometimento social de Lispector, sendo possível notar que Henfil estava equivocado em relação ao posicionamento político da autora.

Travessia do oposto e escrita fora de si: a obra clariceana em foco

A alteridade, na obra de Clarice Lispector, envia olhares e notações que abarcam interessantes relações entre literatura e sociedade, permitindo apreender específicas conjunturas de exclusão, repressão e silenciamento. Helena Guedes (2014), por exemplo, ao mencionar a biografia da escritora elaborada por Benjamin Moser, ressalta que Clarice estava bem consciente dos problemas oriundos da desigualdade social. Nessa direção, também Ligia Chiappini (2004) destaca o engajamento da escritora, ressaltando que, apesar de pouco visível, permanecem na obra da autora aspectos e nuances de caráter socialmente engajado.

A própria Clarice Lispector, em uma de suas declarações, assumiu-se comprometida com questões concernentes à realidade: “Desde que me conheço o fato social teve em mim importância maior do que qualquer outro [...] Mas é que tenho um modo simplório de me aproximar do fato social: eu queria era ‘fazer’ alguma coisa, como se escrever não fosse fazer” (LISPECTOR, 2001, p. 123). Em prefácio de *A paixão segundo G.H.* (2009), Lispector fala a respeito daquilo que seria entendido como *travessia do oposto*: “a aproximação, do que quer que seja, se faz gradualmente e penosamente - atravessando inclusive o oposto daquilo de que se vai aproximar”.

Comentando acerca disso, Lúcia Castello Branco (2004, p. 207), ressalta que “essa travessia, a meu ver, marca justamente essa passagem da “escrita de si” para a “escrita fora de si”. Fora de si, conceito aqui mobilizado e ajustado, pode ser entendido enquanto o processo escritural de produção e recepção que supõe, no dizer de Lispector, aproximação e, por consequência dessa proximidade, atravessamento do oposto. Falar de alteridade em Clarice Lispector, nessa perspectiva, implica considerar a travessia, a aproximação e o atravessamento enquanto instâncias capazes de alcançar o outro, indagando a respeito de sua complexa alteridade.

Silviano Santiago, em artigo intitulado *A política em Clarice Lispector* (1997), veiculada no Jornal Brasil, endossa que a autora se apoia com vigor em questões sócio-políticas nacionais, ressaltando que a escritora também se importa com a realidade que a cerca. Iolanda Silva Barbosa (2019) também destaca a dimensão político-social da autora, salientando elementos que atestam o vínculo de Lispector com as margens e seu posicionamento frente aos problemas de sua época. Barbosa evidencia, também, que “Zuenir

Ventura, em seu célebre *1968*, relata a participação de Clarice em uma importante manifestação de intelectuais e artistas contra a ‘sexta-feira sangrenta’, às vésperas da Marcha dos Cem Mil” (s.p).

Silveira e Oliveira (2020), por exemplo, quando comentam as crônicas da autora intituladas *Por detrás da devoção* e *As caridades odiosas*, endossam a presença de elementos sociais na obra de Clarice Lispector. Cabe mencionar, dentre significativa produção literária da escritora, o conto *A bela e a fera ou a ferida grande demais*, na qual a personagem Carla, então esposa de um banqueiro da alta sociedade carioca, é acometida por questionamentos existenciais quando, ao caminhar pela rua, defronta-se com um mendigo ao pedir-lhe esmolas.

Também nessa discussão, Praxedes e Freire (2017, p. 216-217) asseveram que essa narrativa de Lispector envereda por questões mais abrangentes “na medida em que põe em cena as relações assimétricas entre ricos e pobres, apontando não apenas a dimensão do conflito existencial, mas também a crítica às desigualdades sociais [...]”. Em crônica intitulada *O que eu queria ter sido*, inclusive, Lispector demonstra seu posicionamento em defender os marginalizados e indigentes. Importante mencionar, também, a crônica intitulada *Daqui a vinte e cinco anos*, publicada em 1967, quando a autora atuava como colunista no *Jornal do Brasil*. Nessa escrita, a autora pondera acerca de seus desejos e expectativas em relação ao futuro e demonstra seus desejos de ver uma sociedade socialmente justa.

É também como colunista do *Jornal do Brasil* que a escritora publica a “Carta ao ministro da educação”, texto que, veiculado em 1968, em plena ditadura, questiona o ministro Tarso Dutra acerca da escassez e limitação de vagas nas universidades, colocando-se ao lado dos estudantes e fazendo duras críticas a respeito da violência policial. Esses e outros escritos da autora, portanto, revelam seu comprometimento sociopolítico insubmisso. Constantemente questionada quanto a seu posicionamento político, vista como alienada e desinteressada em relação aos problemas sociais de sua época, foi somente com a publicação de *A hora da estrela*, em 1997, que a autora seria amplamente reconhecida em sua dimensão politicamente engajada. Conforme Angélica Passos da Silva e Fani Miranda Tabak (2017), Lispector viria a apresentar, nessa obra, uma resposta contundente àqueles que ignoravam sua dimensão social comprometida com minorias, demonstrando figurações da marginalidade feminina até então pouco problematizadas.

Um grama de radium – Mineirinho

Primeiramente publicada na *Revista Senhor* em 1962, intitulado “Um grama de radium – Mineirinho”, a crônica traga o leitor para as reflexões angustiadas de Clarice Lispector frente à morte brutal de um rapaz conhecido por Mineirinho. A ocorrência, tendo sido transmitida em larga escala pelos jornais do período, impactou a autora que, um mês após o assassinato do rapaz, já deixara o texto em mãos dos editores da revista (ALMEIDA, 2014). Posteriormente publicada na primeira edição do livro *A legião estrangeira*, em 1964, a crônica viria também a constar em *Para não esquecer*, publicado inicialmente em 1978.

Veiculado nessas e em outras publicações póstumas, a crônica “Mineirinho”, em sua textualidade e abordagem, muito se contrapôs ao contexto de sua inicial divulgação, período de ditadura e repressão civil-militar no país. Quando se defronta com a cruel execução do jovem rapaz, Lispector se opõe à cultura militar da violência que, permeando os setores policiais, vigora(va) como arma de punição e intimidação do estado. Ao descrever o impacto com o assassinio de Mineirinho, morto com treze tiros pela polícia, a autora detalha a sensação de agonia e desamparo, ao pensar em cada tiro que foi desferido.

Numa escrita que se pauta pela dimensão íntima de sua subjetividade, Lispector rompe as fronteiras da introspecção e abrange o outro, arrebatando o leitor com questões que denunciam a violência, a exclusão e a desigualdade, então amparadas no autoritarismo social:

A violência rebentada em Mineirinho que só outra mão de homem, a mão da esperança, pousando sobre sua cabeça aturdida e doente, poderia aplacar e fazer com que seus olhos surpreendidos se erguessem e enfim se enchessem de lágrimas. Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos, vejo que esqueci de lhe ter dito: também eu (LISPECTOR, 2017, s.p).

A percepção da alteridade se estabelece, nessa crônica, para além da empatia, de modo que a voz autoral não se coloca no lugar do outro: ela se torna o outro, se imiscui por entre as fronteiras da subjetividade lacunar cujos fragmentos alcançam outrem, transformando-se nele. A complexidade escritural desse processo, ao legitimar a instigante incógnita que transpassa a figura de Clarice Lispector, supõe rupturas com a linguagem e tangência instâncias do indizível, daquilo cuja expressão habita o impossível. Ao induzir esses horizontes de recepção, o texto compele reflexões acerca das disparidades econômicas

pungentes, de modo que “a desigualdade social existente no Brasil é explicitada, nessa crônica, por meio da relação que se estabelece entre o bandido Mineirinho, como representante de uma dada classe social de desprestigiados, e a autora [...]” (CARVALHO, 2014, p. 81).

José Miranda Rosa

José Miranda Rosa é o nome de Mineirinho, assim apelidado por ser um retirante de Minas Gerais no Rio de Janeiro. José Miranda era conhecido como assaltante de bares, carros de transporte, táxis e postos de gasolina, sendo que “a repercussão de suas ações se deu devido as suas inúmeras investidas, à luz do dia, a lojas e comércio da cidade, inclusive promovendo atentados contra a Polícia Militar do Rio de Janeiro, causando verdadeiro transtorno à sociedade” (YOKOYAMA, 2017, p. 220). Tendo sido um dos bandidos mais procurados pela polícia na década de 60, José Miranda Rosa tornou-se famoso devido aos seus inúmeros assaltos e atentados contra a polícia militar. Foi preso três vezes, protagonizando espetaculares fugas em todas elas, inclusive do Manicômio Judiciário: “Dizem que escapou dali jurando acertar as contas com os policiais que lá o colocaram. Desde sua fuga, armadilhas foram meticulosamente preparadas e somente deu certo aquela cuja caça contou com mais de trezentos homens” (ALMEIDA, 2014, s.p).

Apesar da imagem de marginal e bandido, José Miranda era respeitado e admirado pelos vizinhos e amigos residentes na favela da Mangueira, onde residia (YOKOYAMA, 2017). Ao comentar a biografia dele, Elizama Almeida (2014, s.p) ressalta “que os próprios moradores davam guarita a ele quando as caçadas policiais adentravam as labirínticas passagens da favela da Mangueira, onde morava, e era considerado uma espécie de “Robin Hood” carioca”. Visto como herói por muitos, conta-se que Mineirinho distribuía para o povo o dinheiro roubado de seus assaltos, constituindo-se como figura importante para a comunidade pobre, que via nele a imagem de um bem feitor. Herói ou/e vilão, José Miranda Rosa é personagem controverso que, representado com vigor pelos meios jornalísticos do período, solidificou-se como lenda no imaginário carioca.

Após fuga do manicômio judiciário, em 1962, do qual saiu jurando vingança, Mineirinho foi constantemente perseguido, até que, cercado pela polícia, foi baleado a

queima-roupa com treze tiros. Seu corpo, encontrado próximo à Estrada Grajaú-Jacarepaguá, dava sinais de que fora deixado ali, longe do local onde havia sido executado. O esquadrão da morte, milícia carioca daquele período, foi responsabilizado². A morte de José Miranda, se causou alívio para muitos, despertou revolta para muitos outros, seja pela admiração que nutriam por ele, seja pela violência do ato. Em seu cadáver cravejado de balas, destacava-se o anel do santo católico São Jorge, orixá Ogum no culto afro-brasileiro, santo das demandas e batalhas. Entre suas vestes surradas, foi encontrada também a oração para Santo Antônio, Exu nas matrizes afro-brasileiras:

Com uma oração de Santo Antônio no bolso e um recorte sobre seu último tiroteio com a Polícia, o assaltante José Miranda Rosa, "Mineirinho", foi encontrado morto no Sítio da Serra, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá, com três tiros nas costas, cinco no pescoço, dois no peito, um no braço esquerdo, outro na axila esquerda e o último na perna esquerda, que estava fraturada, dado à queima-roupa, como prova a calça chamuscada (*DIÁRIO CARIOCA*, 1962, s.p).

A comoção social foi tamanha que, no dia de seu enterro, cerca de 2 mil pessoas compareceram. Clarice Lispector, que acompanhava as notícias, se mostrou profundamente perplexa diante da violência e truculência com a qual José Miranda foi morto, demonstrando, em sua escrita, aflição ao pensar/sentir cada bala desferida:

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 2017, s.p).

A quantidade de tiros desferida contra José Miranda causa espanto com a eminente vontade de morte pela polícia, então sedenta por findar a existência de Mineirinho da maneira

² Aguinaldo Silva, acerca disso, ressalta: É impossível não relacionar a ascensão daqueles policiais ditos de “elite” com os horrores da ditadura. Eles não teriam existido sem o verdadeiro criadouro de perversões que foi o regime. A ditadura caiu de podre, mas os costumes que ela implantou na polícia por meio daqueles homens, esses de um modo ou outro ficaram. [...] Sim, a ditadura se foi, mas boa parte da nossa polícia continua a adotar os métodos que prevaleceram naqueles anos de chumbo (SILVA, 2016, p. 91-92).

mais radical possível. Na crônica, a primeira bala, se causa sensação de alívio, começa por nos angustiar quando os disparos prosseguem. O sentimento de desolação perante esse ato violento manifesta-se de tal maneira que Clarice Lispector não apenas se identifica com Mineirinho, mas deseja ser ele, estar no lugar dele. A presença da alteridade nesse texto situa a escrita de Lispector numa dimensão íntimo-coletiva cuja identidade se vê atrelada ao Outro. A percepção do décimo terceiro e último tiro, ao atingir o corpo já inerte de José Miranda, arremessa a escritora para o vácuo, que termina por ser tragada pelo vazio, pela sensação de perda, de morte: “O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro”.

Em *O sopro Clarice* (2004), Lúcia Castello Branco envereda por algumas obras de Clarice Lispector e concebe a escrita da autora enquanto escritura, instância que não se limita ao fazer literário. Considerando a obra de Lispector em sua constituição lacunar que habita o impossível, o indizível, Branco reflete sobre a escritura da autora e nos apresenta as noções de “escrita de si”, “escrita fora de si” e “escrita em si”. Dessas noções, interessa aqui indagar a respeito da escrita fora de si, compreendida aqui enquanto processo escritural que, irrompendo para fora da dimensão autobiográfica, pode abarcar o Outro:

A escrita de Clarice, evidentemente “escrita de si” (o “si” aqui tomado como a própria Clarice Lispector, o que nos remete à ideia de uma escrita sempre fundada na autobiografia), abre-se para uma “escrita fora de si” (o “si” aqui pensado no lugar de Clarice e no lugar da própria escrita, o que nos levaria a admitir a ideia de uma escrita fora da autobiografia, fora, portanto, da vida de Clarice, mas também fora da própria escrita, lançada a seu exterior [...]) (BRANCO, 2004, p. 203).

Lançada a seu exterior, acredito que a escrita de Clarice abrange a alteridade por meio daquilo que ela chamou de travessia do oposto, termo por ela empregado no prefácio de *A paixão segundo G.H.* Esse atravessamento, fruto de exercícios de aproximação, legitima a escrita de Lispector em suas nuances lacunares que, abarcando a alteridade, projeta-se para o fora reconhecendo outrem. É por meio desse processo escritural, da escrita fora de si e pela travessia do oposto que a crônica “Mineirinho” apresenta pujantes reverberações sociais e faz pensar acerca das disparidades que agudizam práticas de segregação e opressão. Em 1941, quando cursava direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, unidade da atual UFRJ, Clarice escrevia o ensaio intitulado “Observações sobre o direito de punir”, texto em que crítica o sistema penal repressivo então vigente.

Nesse ensaio, Lispector apresenta propostas e alternativas visando a incentivar a criação de leis que concebesssem o sistema jurídico e as forças policiais, não como armas de opressão e execução do Estado, mas sim enquanto ferramentas não-letais de manutenção do bem estar social. Mesmo que não tenha exercido profissionalmente a advocacia – após concluir o curso, Clarice não buscou seu diploma –, a presença da escritora no curso de Direito “deve-se a influência de seu pai que observou em Clarice uma atitude de luta e reivindicação pelos direitos humanos, acreditando ser a advocacia uma profissão a contento de suas atitudes” (YOKOYAMA, 2017, p. 217-218). O que faria como advogada, Clarice o fez como escritora, atuando numa escrita cuja dimensão social transita por entre os liames de sua introspecção.

Em entrevista concedida a Júlio Lerner, em 1977, Clarice declara ser “Mineirinho” um de seus textos prediletos e comenta a revolta enorme que sentiu ao ter conhecimento dos 13 tiros desferidos contra José Miranda. Quando o jornalista indaga a respeito do enfoque por ela dado à crônica, Clarice relembra e descreve o impacto de cada bala, como se fosse ela própria atingida pela truculência policial: “[...] o décimo segundo me atinge, o décimo terceiro sou eu... eu era... eu me transformei no Mineirinho, massacrado pela polícia. Qualquer que tivesse sido o crime dele, uma bala bastava, o resto era vontade de matar, era prepotência” (LISPECTOR, 1997). Em “Observações sobre o direito de punir”, pode-se notar posicionamento similar, pois a autora se contrapõe às formas repressivas de punição do Estado. A vontade de matar e a prepotência, censuradas pela escritora durante a entrevista, instigam reflexões acerca da condição atual da violência policial, então ancoradas numa política de morte, necropolítica.

Clarice, Mineirinho e a Necropolítica

Como prática sistematizada pelos órgãos do Estado e demais setores vinculados ao poder, a necropolítica se estabelece enquanto agenciamento de grupos específicos, delimitando suas condições de existência. Para Achille Mbembe (2016), professor camaronense e teórico político, as modernas estruturas estatais fundam discursos em que a violência, a destruição do outro, não é apenas permitida, mas incentivada. O uso da força empregado pelos agentes de segurança pública é legitimado pelo discurso de manutenção da

ordem social, cujo inimigo imaginário é o outro. Esse outro possui cor de pele, lugar e condição econômica demarcados: são negras e negros, residentes das periferias e favelas em flagrante condição de pobreza e marginalização.

Em contexto brasileiro, pode-se pensar que o Estado, ao criar e demarcar esse inimigo, se apoia em discursos historicamente engessados que agudizam o racismo e a discriminação, pautando-se em práticas de segregação e violência em nome do controle dos corpos periféricos que, estereotipados e racializados pela herança colonial, continuam por ter suas vidas interrompidas. Atuando sistematicamente em prol de um discurso de ordem, o Estado autentica a violência, assumindo licença para matar e decidir quem vive e quem morre. Sendo continuísta moderno do colonialismo, o Estado se imiscui por entre as brechas das leis e instituições, estabelecendo estratégias, mecanismos e práticas discursivas que justificam o extermínio de determinados grupos marginalizados.

O corpo da mulher negra, do homem negro e, portanto, do sujeito periférico, se transforma em válvula de escape para a vontade de matar, para a prepotência, então comentada por Clarice Lispector. Essas práticas de aniquilação, implicitamente legalizadas pelos conglomerados estatais, no entendimento de Achille Mbembe (2016) causam rupturas naquilo por que a soberania do Estado deveria zelar: o bem estar dos cidadãos. Enquanto exercício de destruição material-simbólico-discursiva de grupos específicos, essas práticas sistematizadas de extermínio, em sua dimensão racial, efetuam-se pela invenção do inimigo que precisa ser erradicado, apagado.

Avançando pressuposições foucaultianas acerca do biopoder e da biopolítica, Mbembe propõe a acepção de necropolítica para pensar a condição de estruturas sociais pautadas pela extrema violência ao outro racializado que, engendrado pelas forças do estado de exceção, constitui-se em alvo das forças de repressão. Em “Mineirinho”, Clarice Lispector se confronta com a imagem desse inimigo a ser exterminado; no entanto, a escritora reconhece que esse outro é também humano:

É, suponho que é em mim, como um dos representantes do nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. Perguntei a minha cozinheira o que pensava sobre o assunto. Vi no seu rosto a pequena convulsão de um conflito, o mal-estar de não entender o que se sente, o de precisar trair sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las (LISPECTOR, 2017, s.p).

A autora parece questionar a desumanização imputada à José Miranda, martirizando-se pela morte de alguém cuja vida não tinha valor para a sociedade. Impactada pelos discursos de ódio e invisibilização do outro, a escritora reproduz a concepção de Mineirinho como facínora ao mesmo tempo em que a questiona. Assim, em processo de tornar-se outra, reconhece nele sua humanidade extirpada. Nesse movimento de escrita fora de si, quando situa José Miranda como sujeito, Clarice Lispector lhe devolve sua humanidade negada, recusando-se a conceber o apagamento de sua existência como algo benéfico. A imagem do outro como ameaça, nesse sentido, é diluída. No dizer de Mbembe:

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (2016, p. 128-129).

Durante a crônica “Mineirinho”, esse imaginário de soberania é questionado, de modo que, mesmo sabendo dos crimes de José Miranda, Clarice não o concebe como ameaça mortal cuja eliminação é necessária. Na crônica, atravessada pelos discursos que legitimam o extermínio, mas impelida pelo reconhecimento da outridade, Clarice revela sua recusa a ser engendrada de forma passiva por esse imaginário de soberania: “Fatos irreduzíveis, mas revolta irreduzível também, a violenta compaixão da revolta. Sentir-se dividido na própria perplexidade diante de não poder esquecer que Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo” (2017, s.p.). A humanidade de José Miranda, quando restituída, suscita ambivalentes inflexões acerca de um sistema penal que antecipa sanções punitivas com base no apagamento do outro. Os elementos da necropolítica já estavam presentes no caso de Mineirinho, e Clarice Lispector, perplexa com essa política de morte, demonstra assombro perante a vontade estatal de morte.

A angústia pela morte violenta de José Miranda é compartilhada também com a empregada, então pertencente ao mesmo grupo social de Mineirinho. No texto, Clarice Lispector, que havia perguntando à cozinheira o que ela pensava do assunto, ouve como resposta o desabafo contido, pretensamente calculado que, frente à aniquilação do outro, tenta disfarçar o pesar: “O que eu sinto não serve para se dizer. Quem não sabe que Mineirinho era criminoso? Mas tenho certeza de que ele se salvou e já entrou no céu”. Em resposta, Clarice

diz: “mais do que muita gente que não matou”. (LISPECTOR, 2017, s.p). A escritora, sempre muito inquiridora, interpelava suas empregadas constantemente, aliás, muito se comenta acerca do interesse da autora pelo universo de suas empregadas domésticas (BRANCO, 2004). Esse reconhecimento do outro, quando transposto para a textualidade, desagua numa escrita fora de si, não atrelada tão somente à esfera individual:

Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos (LISPECTOR, 2017, s.p).

Nesse trecho, a voz autoral rejeita a política repressiva e violenta que extermina específicos grupos racializados em nome de um aparente bem estar social. A figura da casa, entendida enquanto zona do conforto, normaliza a violência perpetrada contra específicas camadas sociais. A violência flagrante não causa desconforto, angústia, agonia e remorso naqueles que são protegidos por essa necropolítica. Para se furtar dessa culpa, é necessário ser sonso, é preciso esconder-se sobre o baluarte da negação e da aceitabilidade que torna permissiva a aniquilação de outrem. Essa casa é o espaço da conveniência por onde os discursos e práticas sistematizadas de extermínio adquirem status de normalidade. A feição complacente dessa casa impossibilita o exercício da revolta e, compelindo os sujeitos a se guardarem nela, exigem que sejam sonsos, que se fechem para a realidade.

No entanto, por meio da escrita fora de si, Clarice Lispector repudia essa casa e, quando ela estremece, abre-se para o reconhecimento da alteridade de José Miranda. Quando menciona que essa casa está assentada em um terreno, e que nesse território pode ser erguida uma nova casa, a autora é perspicaz, ao ressaltar que é possível sair dessa zona de conforto, concebendo outras formas de encarar a prepotência calcada nas políticas de morte. Seja pela revolta, angústia ou inconformismo, fazer estremecer essa casa implica desaguar no outro, compreendendo o valor de sua vida.

Esse território, onde nova casa pode ser erguida, permite pensar que a falsa e cômoda sensação de segurança pode ser desestabilizada em prol de políticas e ações não-letais de justiça. Na crônica, a autora continua por dizer que “em Mineirinho se rebentou o meu modo

de viver. Como não amá-lo, se ele viveu até o décimo-terceiro tiro o que eu dormia? Sua assustada violência. Sua violência inocente — não nas consequências, mas em si inocente como a de um filho de quem o pai não tomou conta” (LISPECTOR, 2017, s.p).

Esse rebento que culmina no reconhecimento do outro se estabelece no texto de Lispector por meio da escrita fora de si, por onde a autora repudia a zona do conforto e efetua uma travessia que se translada para a alteridade:

Eu não quero esta casa. Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar “feito doido” de uma mulher, é a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez; é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com que eu dê água a outro homem, não porque eu tenha água, mas porque, também eu, sei o que é sede; e também eu, que não me perdi, experimentei a perdição (LISPECTOR, 2017, s.p).

Nesse trecho, a autora compreende a condição de descaso que permeou a existência de José Miranda. Pensar nesse amor pisado que se torna punhal, dentre muitas interpretações possíveis, suscita refletir acerca desses sujeitos que, socioeconomicamente abandonados, se veem obrigados a adotar meios radicais de sobrevivência. A necropolítica, nesse sentido, não se restringe às práticas sistematizadas de violência, mas também abrange esferas do poder que operacionalizam o desamparo, deixando a mercê, propositalmente, grupos considerados sem valor. Nessa perspectiva, não se trata apenas de matar, mas de deixar morrer. Achille Mbembe (2016, p. 135), acerca disso, ressalta: “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é”.

As engrenagens que agenciam e legitimam os modos de matar, ancoradas em falsos discursos de segurança e ordem, engendram argumentos e perspectivas que justificam e normalizam os altos índices de encarceramento e morte da população negra. Calcado na política de violência e descaso, a necropolítica reitera a cultura colonial de exploração e repressão e se mantém sempre atualizada, reproduzindo no imaginário coletivo a sensação de perigo constante. Quando reforça os estereótipos racistas e de classe, historicamente cristalizados, essa política de morte incute medo e ódio, fazendo enxergar em sujeitos como

José Miranda apenas o perigo, o punhal. Clarice Lispector, entretanto, não vê em Mineirinho apenas esse punhal, mas o amor pisado antes dele:

Tudo isso, sim, pois somos os sonsos essenciais, baluartes de alguma coisa. E sobretudo procurar não entender. Porque quem entende desorganiza. Há alguma coisa em nós que desorganizaria tudo — uma coisa que entende. Essa coisa que fica muda diante do homem sem o gorro e sem os sapatos, e para tê-los ele roubou e matou; e fica muda diante do São Jorge de ouro e diamantes. Essa alguma coisa muito séria em mim fica ainda mais séria diante do homem metralhado. Essa alguma coisa é o assassino em mim? Não, é desespero em nós. Feito doidos, nós o conhecemos, a esse homem morto onde a grama de radium se incendiara (LISPECTOR, 2017, s.p).

Nesse processo escritural que desagua na percepção do outro, a autora reconhece que a coletividade pode ser também a instância por onde discursos de repressão e violência se legitimam. Os sonsos essenciais, nesse entender, pelo viés acrítico da neutralidade, autenticam políticas de morte quando se refugiam na zona do conforto.

Breves conclusões

Considerando e exposto, vale ressaltar que a necropolítica não parte apenas do Estado, ela está imiscuída em práticas sociais cotidianas de cidadãos comuns, que aceitam, reproduzem e reforçam o racismo estrutural vigente. Durante a crônica, Clarice Lispector vai de encontro à naturalização da morte e concebe José Miranda como fruto de específicos processos de marginalização social: “todos temos que falar por um homem que se desesperou porque neste a fala humana já falhou, ele já é tão mudo que só o bruto grito desarticulado serve de sinalização” (LISPECTOR, 2017, s.p). Abordara crônica “Mineirinho” em suas tonalidades sociais supõe interessantes horizontes de indagação, permitindo entrever na escrita a dimensão contextual que constrói a crônica

[...] em todas essas manifestações da alteridade, o sujeito narrador e o protagonista da trama não podem recuar ante a experiência. Inevitavelmente transformados por ela, os sujeitos se questionam ao problematizar a exterioridade, perdem-se e se encontram na razão direta com que procuram compreender o outro impossível (ROSENBAUM, 2010, p. 172).

Nesse sentido, é por meio da escrita fora de si, na tentativa de compreender esse outro impossível, que Lispector, na dimensão social do seu fazer literário, reverbera sentidos que supõem engajamento político-literário através da palavra escrita. A autora (2017, s.p), nessa travessia, defende “Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, um longamente guardado”. Entender o lugar discursivo e material que os subalternizados ocupam implica entender as hierarquias, os mecanismos sociais e políticos que perpetuam desigualdades em prol de uma hegemonia historicamente predatória. Na crônica, ela continua:

Uma justiça prévia que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo. Sobretudo uma justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem: para que este não possa cometer livre e aprovadamente um crime de fuzilamento (LISPECTOR, 2017, s.p).

A autora, assim, clama por uma justiça não repressiva e funda uma narrativa destacadamente social, demonstrando que sua escrita intimista, para além de sua introspecção, é capaz de enxergar e reconhecer a alteridade. José Miranda Rosa, representado pelos jornais da época como alguém cuja morte era inevitável e necessária, encontra em Clarice Lispector redenção. A escritora, através da escrita fora de si, demonstra a revolta e o inconformismo de quem sente amor e respeito pelo próximo. É nesse processo escritural, por meio do atravessamento do corpo, que a autora desagua no outro e situa o Mineirinho em sua dimensão humanitária, indo de encontro às políticas e discursos necropolíticos então vigentes naquele período e hoje em ascensão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elizama. Quem foi Mineirinho: Bastidores de uma Crônica. *Instituto Moreira Salles*. Rio de Janeiro: RJ. Disponível em: <https://site.claricelispector.ims.com.br/2013/05/31/quem-foi-mineirinho-bastidores-de-uma-cronica>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BARBOSA, Iolanda Silva. Clarice Lispector e a ferida grande demais. *Revista Movimento*, Barra Funda: SP. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2019/12/clarice-lispector-e-a-ferida-grande-demais/#_ftnref2. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRANCO, Lúcia Castello. O sopro Clarice. In: BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

CARVALHO, Nilce Camila de. Violência e exclusão social na literatura brasileira contemporânea (1960-1970): representações de João Antônio, Clarice Lispector e Rubem Fonseca. *Revista de História da UEG*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 71-92, 2014.

CHIAPPINI, Ligia. Clarice e a crítica: por uma perspectiva integradora. In: PONTIERI, Regina Lúcia (Org.). *Leitores e leituras de Clarice Lispector*. São Paulo: Hedra, 2004, p. 235-268.

GUEDES, Helena Cirelli. *A alteridade em Clarice Lispector*, 2014. 97p. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. Daqui a vinte e cinco anos. *Portal da Crônica Brasileira*. Rio de Janeiro: RJ. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/13563/daqui-a-vinte-e-cinco-anos>. Acesso em: 23 nov. 2021.

_____. Carta ao ministro da educação. *CorreioIMS*. Rio de Janeiro: RJ. Disponível em: <https://www.correioims.com.br/carta/carta-ao-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. Literatura e justiça. In: Walnice Nogueira (Org.). *Os melhores contos de Clarice Lispector*. São Paulo: Global, 2001.

_____. Mineirinho. *Portal Geledés*. São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mineirinho-por-clarice-lispector/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista arte e ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MORAES, Dênis. Humor de combate: Henfil e os 30 anos do Pasquim, *C-Legenda*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 01-26, 2011.

PRAXEDES, Maria Fernandes de Andrade. FREIRE, Manoel. Aspectos sociais em Clarice Lispector: uma leitura de “A bela e a fera ou a ferida grande demais”. *Antares*, Caxias do Sul, RS, v. 9, n. 18, p. 211-223, 2017.

ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de “Mineirinho”, de Clarice Lispector. *Estudos avançados*, v. 24, n. 69, p. 169-182, 2010.

SANTIAGO, Silviano. A política em Clarice Lispector. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1997.

SILVA, Aguinaldo. *Turno da noite: memórias de um ex-repórter de polícia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

SILVA, Angélica Passos da. TABAK, Fani Miranda. Marta e Macabéa: figurações da marginalidade feminina. *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, Campo Grande, v. 1, n. 12, p. 180-198, 2017.

SILVEIRA, Julienne da Silva. OLIVEIRA, Viviane Cristina. A questão social na obra “A Hora Da Estrela”, de Clarice Lispector. *Revista Humanidades e Inovação*, Tocantins, v.7, n. 16, p. 253-260, 2020.

TV CULTURA. *Entrevista de Júlio Lerner a Clarice Lispector*. São Paulo: TV CULTURA, 1977. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://youtu.be/TvLrJMGlNF4>. Acesso em: 03 dez. 2021.

WEGUELIN, João Marcos. O Rio de Janeiro através dos jornais. *Diário Carioca*. São Paulo: SP. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj45.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

YOKOYAMA, Adriana. O olhar humanizador de Clarice Lispector ante a arbitrariedade do direito de punir. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 20, p. 1-11, 2017.

Recebido em: 18 nov. 2021.

Aceito em: 24 mar. 2022.